FACPCS | Fundação de Apoio aos Comitês de Pronunciamentos Contábeis e de Sustentabilidade

Workshop IFRS 18 | 17 de novembro de 2026 | CRC-SC

IFRS 18 / CPC 51 / NBC TG 51

O novo padrão de Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

Visão Geral · Case Carlsberg · Discussões no IFRS IC · Debate





Silvio Takahashi

AGENDA

FACPCS | Fundação de Apoio aos Comitês de Pronunciamentos Contábeis e de Sustentabilidade

1

Visão geral da norma

Cinco categorias e subtotais obrigatórios, MPMs, agregação e desagregação, Brasil e transição

2

Aspectos práticos: o case Carlsberg

A primeira grande adoção antecipada: o que mudou na DR, nas MPMs e no fluxo de caixa

3

Em discussão no IFRS IC

MPMs com itens hipotéticos, o que é “comunicação pública” e as demais consultas sobre a IFRS 18

4

Sessão aberta de perguntas

Dúvidas e debate sobre os temas apresentados

FACPCS | Fundação de Apoio aos Comitês de Pronunciamentos Contábeis e de Sustentabilidade

PARTE 1 · IFRS 18 / CPC 51 / NBC TG 51

VISÃO GERAL DA NORMA

IFRS® Accounting

April 2024

IFRS 18

IFRS® Accounting Standard

Fundação de Apoio aos Comitês de Pronunciamentos Contábeis e de Sustentabilidade

IFRS 18 além da contabilidade!

Nova “Geografia” da Demonstração de Resultado (DR)

Categorias e subtotais obrigatórios. A apresentação do “lucro operacional” passa a ser obrigatória para todas as empresas. Gera mudanças na apresentação da DFC.

O EBITDA ajustado, se caracterizado como uma MPM, passa a ser divulgado

Medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) passam a ser divulgadas em nota explicativa, reconciliadas e auditadas.

Contratos, incentivos e narrativa

Covenants, remuneração variável, guidance e release de resultados podem estar ancorados em números que mudam de lugar ou de nome.

1º jan 2027

vigência obrigatória (IASB e CVM)

2026

é o ano comparativo: será reapresentado no novo formato, linha a linha, e reconciliado com o formato anterior

O lucro líquido não muda. Muda como o desempenho é comunicado e comparado.

CONTEXTO

DESENVOLVIMENTO DA IFRS 18

A IAS 1 (CPC 26) dizia pouco sobre a estrutura da DR. Resultado: cada empresa desenhava a sua, e o “lucro operacional” significava coisas diferentes. O projeto Primary Financial Statements do IASB nasceu de um pedido dos investidores por comparabilidade. No Brasil, há certa homogeneidade por conta da estrutura da Lei 6.404/76.

2019

Exposure Draft “General Presentation and Disclosures”

abr/2024

IASB emite a IFRS 18, que substitui a IAS 1

nov–dez/2025

NBC TG 51 (CFC) e CPC 51; Resoluções CVM 237 e 238 tornam a norma obrigatória para companhias abertas

2026

Ano comparativo: DR em paralelo; Carlsberg adota antecipadamente; IFRS IC discute dúvidas

1/1/2027

Vigência. ITRs de 2027 já na nova estrutura; DF 2027 com 2026 reapresentado

O que NÃO muda: reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. Lucro líquido, PL e fluxo de caixa total são os mesmos. **O que muda:** onde cada item aparece, quais subtotais são obrigatórios, o que precisa ser desagregado e como as medidas “ajustadas” são divulgadas.

FACPCS | Fundação de Apoio aos Comitês de Pronunciamentos Contábeis e de Sustentabilidade

A nova DR: cinco categorias, três subtotais obrigatórios

Operacional	Categoria residual: tudo que não cai nas demais. Inclui itens “não recorrentes”, baixas de ativos operacionais, variação cambial de itens operacionais.
= Lucro operacional	
Investimento	Retorno de ativos que geram retorno individualmente: resultados de participações societárias (como REP), juros de aplicações, propriedades para investimento.
= Lucro antes do resultado de financiamento e Tributos sobre o Lucro	
Financiamento	Custo de captar recursos: juros de dívida, juros de arrendamentos, variação cambial de empréstimos, juros de provisões e de benefícios pós-emprego.
Tributos sobre o Lucro	Como hoje (IAS 12 / CPC 32).
Operações descontinuadas	Como hoje (IFRS 5 / CPC 31).
= Lucro líquido	

O que isso significa

“Lucro operacional” deixa de ser um rótulo livre: passa a ter conteúdo definido pela norma.

Resultados “não recorrentes” ou “não usuais”, como reestruturação, impairment e baixa de ativos operacionais ficam na categoria operacional.

Resultado financeiro se divide nas três categorias, a depender da sua origem e vinculação com os ativos e passivos

Receitas e despesas financeiras de aplicações e de dívida param de se compensar num único “resultado financeiro”.

EXEMPLO ILUSTRATIVO

Como muitas empresas apresentam hoje (IAS 1 / CPC 26)	R$ mi
Receita líquida	1.000
Custo dos produtos vendidos	(600)
Lucro bruto	**400**
Despesas com vendas e administrativas	(220)
Outras receitas (despesas): venda de imobilizado +10; impairment (15)	(5)
Resultado de equivalência patrimonial	30
"Lucro operacional" / EBIT (rótulo livre)	**205**
Resultado financeiro líquido (juros de aplicações +25; juros de dívida (60); variação cambial (25))	(60)
Lucro antes dos Tributos sobre o Lucro	**145**
Tributos sobre o Lucro	(45)
Lucro líquido	**100**

IFRS 18 / CPC 51	R$ mi
Receita líquida	1.000
Custo dos produtos vendidos	(600)
Lucro bruto	**400**
Despesas com vendas e administrativas	(220)
Outras receitas e despesas operacionais (inclui impairment (15), venda de imobilizado +10 e variação cambial de fornecedores (5))	(10)
Lucro operacional	**170**
Equivalência patrimonial 30 + juros de aplicações 25 (categoria investimento)	55
Lucro antes do resultado de financiamento e Trib.s/Lucro	**225**
Juros de dívida (60) + variação cambial de empréstimos (20) (categoria financiamento)	(80)
Lucro antes dos Tributos sobre o Lucro	**145**
Tributos sobre o Lucro	(45)
Lucro líquido	**100**

Modelo específico para empresas com “atividades principais especificadas”

Para a maioria das empresas, as regras dos slides anteriores valem sem ajuste. Mas quando investir em determinados ativos ou financiar clientes é a atividade principal, o retorno desses ativos e o custo desses passivos são operacionais — e a DR muda de forma.

Investir em ativos como atividade principal

Holdings de participações, fundos e veículos de investimento, empresas de propriedades para investimento, seguradoras (carteira de investimentos).

Juros, dividendos e resultado de propriedades ficam no lucro operacional.
Exceção: REP continua na categoria de investimento.

Financiar clientes como atividade principal

Bancos, financeiras, varejistas com braço financeiro relevante, montadoras com instituição financeira, arrendadores.

Despesas de captação (juros de depósitos, funding) vão para o operacional; escolha de política contábil para passivos que não dá para separar.

Como se avalia

Julgamento baseado em fatos e circunstâncias: como a empresa se apresenta ao mercado, como os subtotais são usados internamente, se a atividade tem estrutura própria. Não há teste quantitativo.

Grupos diversificados podem ter mais de uma atividade principal — cada uma avaliada separadamente.

Medidas definidas pela administração (MPMs)

Uma MPM é um subtotal de receitas e despesas que a empresa:

usa em comunicações públicas fora das demonstrações

Release de resultados, apresentação a investidores, relatório da administração, site de RI. Excluem-se comunicações orais, transcrições e posts em redes sociais.

comunica a visão da administração sobre o desempenho da entidade como um todo

Presunção refutável: se está na comunicação pública, presume-se que comunica a visão da administração. Refutar exige evidência razoável e suportável.

e que não está na lista de subtotais "comuns" da norma nem é exigido por outra norma

Lucro bruto, EBITDA "puro", lucro antes do IR e outros do §118 não são MPMs.

Exemplos típicos no Brasil

- EBITDA ajustado
- EBITDA ex-IFRS 16
- EBITDA pro forma (aquisições)
- Lucro operacional ex-itens não recorrentes
- Lucro gerencial / "managerial"
- Lucro líquido ajustado / recorrente

Não são MPMs: índices (margem EBITDA, ROIC, alavancagem), medidas não financeiras (clientes, volume), medidas de segmento ou de linha específica (receita de um produto), e medidas de caixa (fluxo de caixa livre). Mas o subtotal que alimenta o índice pode ser MPM.

PILAR 2 — DIVULGAÇÃO

FACPCS | Fundação de Apoio aos Comitês de Pronunciamentos Contábeis e de Sustentabilidade

DIVULGAÇÕES REQUERIDAS PARA AS MPMs

Nota única

Todas as MPMs em uma só nota, com a declaração de que refletem a visão da administração e não são necessariamente comparáveis com medidas de outras empresas.

Descrição e utilidade

Qual aspecto do desempenho a medida comunica e por que, na visão da administração, ela é útil.

Cálculo

Como a medida é calculada — e, se usar política contábil diferente da IFRS, qual.

Reconciliação

Ao subtotal IFRS mais próximo (lucro operacional, lucro líquido...), item a item.

Efeito tributário e de NCI

Para cada item de reconciliação, o efeito de IR e a parcela dos não controladores — e como o IR foi determinado.

Mudanças

Alterou o cálculo, criou ou abandonou uma MPM? Explicar o porquê e reapresentar comparativos.

Implicação de governança

A MPM deixa de ser "do RI" e passa a ser das DFs: aprovada pelo conselho, coberta pelos controles internos e pela opinião do auditor.

Cada ajuste precisa de uma justificativa.

AGREGAÇÃO E DESAGREGAÇÃO

1. **Princípio**

   Agrupar itens com características semelhantes; separar os que são diferentes — de modo que a face das demonstrações dê um resumo estruturado útil e as notas, o detalhe material.

2. **A conta “Outros” tem que ser explicada**

   Linhas como “outras despesas” só podem existir se os itens agrupados forem imateriais — e a nota precisa dizer o que há dentro, caso os usuários possam questionar se inclui itens para os quais a informação poderia ser material.

3. **Despesas por natureza**

   Quem apresenta a DR por função (caso típico no Brasil, pela Lei 6.404) precisa divulgar, em nota, os totais de depreciação, amortização, pessoal, impairment e baixas de estoque incluídos em cada linha funcional.

4. **Rótulos**

   Linhas e subtotais precisam de nomes que descrevam fidedignamente o conteúdo.

PARTICULARIDADES LOCAIS

CPC 51, NBC TG 51 e Resoluções CVM 237 e 238

NBC TG 51 publicada pelo CFC em nov/2025; Resoluções CVM de 24/12/2025: a 237 torna o CPC 51 obrigatório para companhias abertas; a 238 aprova a Revisão 28 (ajustes nos demais CPCs). Vigência: exercícios iniciados em 1/1/2027.

Resolução CVM 156 (EBITDA/LAJIDA) revogada

A norma que disciplinava a divulgação de EBITDA fora das demonstrações deixa de existir em 2027. O EBITDA ajustado, se caracterizado como uma MPM, passa a ser divulgado em nota explicativa, com reconciliação.

Lei 6.404/76 e a DR por função

A estrutura da DRE do art. 187 não é compatível com a nova DR do CPC 51. No entanto, a visão jurídica majoritária é a de que o CPC 51 se sobrepõe à lei.

Comparabilidade internacional

Empresas com ADRs, bonds no exterior ou investidores estrangeiros serão comparadas com pares IFRS no mundo todo a partir do mesmo lucro operacional. Adoção antecipada: prevista na IFRS 18, mas não no Brasil.

FACPCS | Fundação de Apoio aos Comitês de Pronunciamentos Contábeis e de Sustentabilidade

PARTE 2 · IFRS 18 / CPC 51 / NBC TG 51

ASPECTOS PRÁTICOS: O CASE CARLSBERG

IFRS® Accounting



Carlsberg: adoção antecipada da IFRS 18 em 2026

- Grupo cervejeiro dinamarquês listado na Nasdaq Copenhagen, receita de DKK 89,1 bilhões em 2025 ~ R$ 69,2 bilhões

- Adotou a IFRS 18 antecipadamente, em suas DFs semestrais de 2026, e reapresentou o semestre e o ano de 2025 de forma retrospectiva (porém, sem auditoria!)

1/1/2026
adoção antecipada — um ano antes da vigência obrigatória





- Publicou um documento próprio com a ponte entre a DRE, o fluxo de caixa e o balanço “antes” e “depois”
- Lançou, junto com a norma, as “Carlsberg performance measures” (CPM): medidas alinhadas ao reporte interno, que funcionam como MPMs
- O guidance de 2026 (crescimento orgânico de 4% a 6% do lucro operacional) está ancorado no lucro operacional CPM de 2025

6.978
lucro do exercício de 2025 (DKK mi): idêntico antes e depois

–23%
lucro operacional de 2025: de DKK 13.356 mi para DKK 10.232 mi

15,0% → 11,5%
margem operacional (IFRS) em 2025

Fonte: Carlsberg Group — Impact of IFRS 18 on 2025 comparative financial information (ago/2026); H1 2026 Financial Statement.

Mas o que estava por trás da estratégia de comunicação da Carlsberg?

ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO

O negócio no centro do call

> “A Administração queria que o call de resultados fosse sobre a performance do negócio, e não sobre a nova norma contábil, assim antecipou todas as dúvidas que o investidor pudesse ter em relação à nova DRE e os MPMs, nesse caso, rebatizados de CPMs.

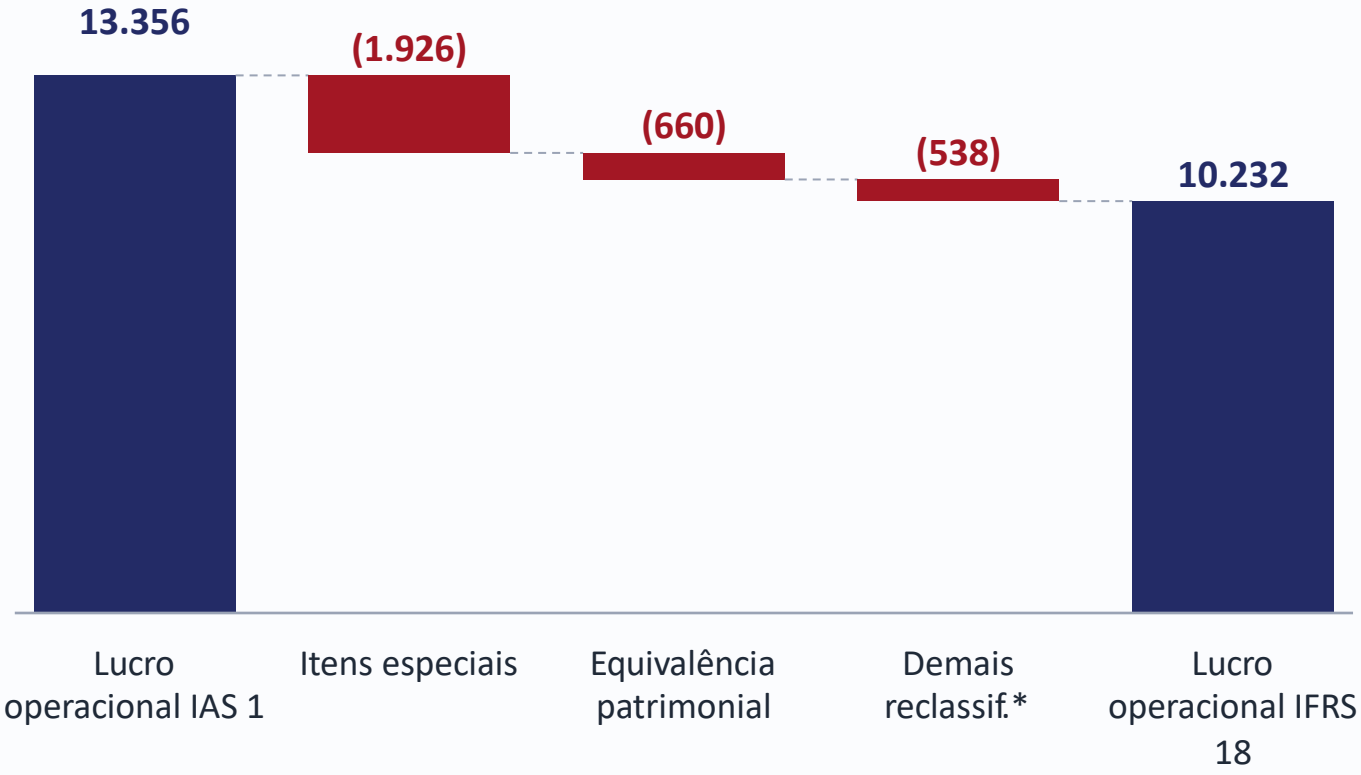


DR 2025: mesmo lucro, outra leitura

DKK milhões — 2025	IAS 1	Mudanças	IFRS 18	Var. %
Receita	89.095	—	89.095	0,0%
Custo das vendas	(48.859)	(376)	(49.235)	-0,8%
Lucro bruto	**40.236**	**(376)**	**39.860**	**-0,9%**
Despesas de vendas e distribuição	(23.128)	23.128	—	—
Despesas de distribuição	—	(8.469)	(8.469)	—
Despesas de vendas e marketing	—	(14.832)	(14.832)	—
Despesas administrativas	(4.961)	(1.366)	(6.327)	-27,5%
Outras atividades operacionais, líquidas	549	(549)	—	—
Equivalência patrimonial	660	(660)	—	—
Lucro operacional	**13.356**	**(3.124)**	**10.232**	**-23,4%**
Itens especiais, líquidos	(1.926)	1.926	—	—
Equivalência patrimonial	—	622	622	—
Outras receitas e despesas de investimento	—	483	483	—
Lucro antes do resultado de financiamento e IR	**—**	**(93)**	**11.337**	**—**
Receitas financeiras	1.136	(1.136)	—	—
Despesas financeiras	(3.516)	3.516	—	—
Resultado de financiamento	—	(2.324)	(2.324)	—
Lucro antes do IR	**9.050**	**(37)**	**9.013**	**-0,4%**
IR e contribuições	(2.072)	37	(2.035)	+1,8%
Lucro do exercício	**6.978**	**—**	**6.978**	**0,0%**



Lucro operacional 2025: de DKK 13,4 bi a 10,2 bi



** Por diferença: variação cambial e tarifas bancárias reclassificadas para despesas administrativas e outros ajustes. Fonte: Carlsberg Group; elaboração dos autores. DKK milhões.*

A leitura do mercado

–DKK 3.124 mi

no lucro operacional (–23%), sem nenhuma mudança econômica

62% da diferença vem dos itens antes chamados de “especiais”: a IFRS 18 não admite uma linha de não recorrentes fora do operacional.

O ajuste “volta” como MPM — próximo slide.

Itens especiais de 2025: para onde foi cada linha

DKK milhões — 2025 (nota 3)	Valor	Destino na IFRS 18 / CPM
Custos de integração da Britvic	(495)	Ajuste CPM: custos de integração (495)
Liberação do step-up a valor justo de estoques (PPA)	(146)	Ajuste CPM: reversão de saldos do PPA (146)
Custos de aquisição e alienação de entidades	(185)	Ajuste CPM: aquisição e alienação (185)
Reestruturação e impairments — Europa Ocidental	(767)	
Reestruturação e impairments — Ásia	(137)	
Reestruturação e impairments — Europa Central e Oriental e Índia	(32)	
Provisões de reestruturação não alocadas	(33)	
Impairment de marcas	(85)	
Impairment de outros ativos não circulantes	(47)	
Reversão de provisões de anos anteriores	34	
Subtotal reestruturação e impairment	**(1.067)**	**Ajustes CPM: reestruturações (512) + impairment (555)**
Impairment e custos de guerra na Ucrânia + outras despesas	(43)	Despesa operacional — sem ajuste na CPM
Reversão de impairment de coligada	10	Categoria investimento (equivalência)
Itens especiais, líquidos (IAS 1)	**(1.926)**	

Leitura: 98% dos itens especiais (DKK 1.893 mi) reaparecem como ajustes da CPM; o restante (Ucrânia e outros) fica no lucro operacional.

Fonte: Carlsberg Group — Financial Statement 2025, nota 3 (Special items); Impact of IFRS 18 on 2025 comparative financial information. Associação com os ajustes CPM: elaboração dos autores.

NOTE 1

CARLSBERG PERFORMANCE MEASURES (CPM)

Management uses a number of financial performance measures in its public communications that are not totals or subtotals specified by IFRS Accounting Standards. Those measures that meet the definition of management-defined performance measures in IFRS 18 are referred to below as management-defined performance measures. The Group uses the broader term "Carlsberg performance measures" (CPM) for these measures and related adjusted line items and ratios.

Carlsberg performance measures represent management's view of particular aspects of the Group's financial performance and supplement the amounts reported in accordance with IFRS Accounting Standards. They are not substitutes for IFRS measures and may not be directly comparable with similarly titled measures presented by other companies.

Management believes that the measures provide useful information because they facilitate assessment of the Group's underlying financial performance, support comparison of performance between reporting periods, and provide information consistent with the measures used by management in monitoring the business and communicating financial performance externally. In particular, the measures distinguish the effect of specified transactions and events that management does not consider representative of the Group's underlying performance from the results reported in accordance with IFRS Accounting Standards.

The tables present the calculation of each Carlsberg performance measure and reconcile it with the most directly comparable total or subtotal specified by IFRS Accounting Standards. Each measure is calculated by adjusting the applicable IFRS total or subtotal for the items described below. The adjustments are applied consistently to all affected income statement line items and reporting periods.

Reconciliation of IFRS income statement with CPM basis measures

		Adjustments								
DKK million	HI 2026 IFRS reported	Share of profit of associates	Foreign exchange and fair value adjustments	Amortisation of intangible assets recognised in PPA	Integration costs	Restructurings	Impairment losses	Acquisition, disposal and ownership transaction costs	Total	HI 2026 CPM
Revenue	47,053	-	-	-	-	-	-	-	-	47,053
Cost of sales	-25,630	-	-	24	3	49	-3	-	73	-25,557
Gross profit[1]	21,423	-	-	24	3	49	-3	-	73	21,496
Distribution expenses	-4,430	-	-	-	-	-18	3	-	-15	-4,445
Sales and marketing expenses	-7,624	-	-	295	-	30	-	-	325	-7,299
Administrative expenses	-2,732	-	-38	-	56	83	-	25	126	-2,606
Share of profit of associates	-	241	-	-	-	-	61	-	302	302
Operating profit[1]	6,637	241	-38	319	59	144	61	25	811	7,448
Share of profit of associates	241	-241	-	-	-	-	-	-	-241	-
Other investing income and expenses	168	-	-	-	-	-	-	-	-	168
Profit before financing and income	7,046	-	-38	319	59	144	61	25	570	7,616
Financing income and expenses	-1,258	-	38	-	-	-	-	-	38	-1,220
Profit before income taxes[1]	5,788	-	-	319	59	144	61	25	608	6,396
Income taxes	-1,331	-	-	-78	-9	-29	-	-3	-119	-1,450
Profit for the period[1]	4,457	-	-	241	50	115	61	22	489	4,946
Attributable to										
Non-controlling interests	656	-	-	-	-	2	-	-	2	658
Shareholders in Carlsberg A/S (net profit)	3,801	-	-	241	50	113	61	22	487	4,288

[1] The adjusted measure of this subtotal is a management-defined performance measure as defined in IFRS 18.



Reconciliation of IFRS income statement with CPM basis measures

		Adjustments								
DKK million	HI 2026 IFRS reported	Share of profit of associates	Foreign exchange and fair value adjustments	Amortisation of intangible assets recognised in PPA	Integration costs	Restructurings	Impairment losses	Acquisition, disposal and ownership transaction costs	Total	HI 2026 CPM
Revenue	47,053	-	-	-	-	-	-	-	-	47,053
Cost of sales	-25,630	-	-	24	3	49	-3	-	73	-25,557
Gross profit[1]	21,423	-	-	24	3	49	-3	-	73	21,496
Distribution expenses	-4,430	-	-	-	-	-18	3	-	-15	-4,445
Sales and marketing expenses	-7,624	-	-	295	-	30	-	-	325	-7,299
Administrative expenses	-2,732	-	-38	-	56	83	-	25	126	-2,606
Share of profit of associates	-	241	-	-	-	-	61	-	302	302
Operating profit[1]	6,637	241	-38	319	59	144	61	25	811	7,448
Share of profit of associates	241	-241	-	-	-	-	-	-	-241	-
Other investing income and expenses	168	-	-	-	-	-	-	-	-	168
Profit before financing and income	7,046	-	-38	319	59	144	61	25	570	7,616
Financing income and expenses	-1,258	-	38	-	-	-	-	-	38	-1,220
Profit before income taxes[1]	5,788	-	-	319	59	144	61	25	608	6,396
Income taxes	-1,331	-	-	-78	-9	-29	-	-3	-119	-1,450
Profit for the period[1]	4,457	-	-	241	50	115	61	22	489	4,946
Attributable to										
Non-controlling interests	656	-	-	-	-	2	-	-	2	658
Shareholders in Carlsberg A/S (net profit)	3,801	-	-	241	50	113	61	22	487	4,288

[1] The adjusted measure of this subtotal is a management-defined performance measure as defined in IFRS 18.

Management-defined performance measures

Gross profit (CPM) represents IFRS reported gross profit adjusted for amortisation of intangible assets recognised in purchase price allocations, integration costs, restructuring costs, impairment losses, acquisition- and disposal-related costs, and derecognition or reversal of PPA-related balances. Management uses gross profit (CPM) to assess the underlying profitability of revenue and calculate gross margin (CPM). Management believes that the measure provides useful information about the Group's underlying gross profitability and comparability between reporting periods by excluding the specified CPM adjustments included in cost of sales.

Operating profit (CPM) represents IFRS reported operating profit adjusted for the Group's share of profit of associates, foreign exchange and fair value adjustments, and the other CPM adjustments described below. Management uses operating profit (CPM) to assess the Group's underlying operating performance and as the basis for communicating its operating profit expectations. Management believes that including the share of profit of associates reflects the contribution from strategic associate investments to operating performance, while excluding the other specified adjustments facilitates comparison of the underlying development in operating performance between reporting periods.

Profit before income taxes (CPM) represents IFRS reported profit before income taxes adjusted for the CPM adjustments included in operating, investing and financing income and expenses. Management uses profit before income taxes (CPM) to assess the Group's underlying performance before tax and calculate the effective tax rate (CPM). Management believes the measure facilitates comparison of the Group's pre-tax performance and the related effective tax rate between reporting periods.

Profit for the period (CPM) represents IFRS reported profit for the period adjusted for the CPM adjustments and the related income tax effects. Management uses profit for the period (CPM) to assess underlying earnings and calculate earnings per share (CPM). Management believes the measure provides useful information about earnings attributable to the Group's activities after tax, excluding the effect of the specified CPM adjustments.

Reconciliation of individual CPMs

		Adjustments								
DKK million	HI 2026 IFRS reported	Share of profit of associates	Foreign exchange and fair value adjustments	Amortisation of intangible assets recognised in PPA	Integration costs	Restructurings	Impairment losses	Acquisition, disposal and ownership transaction costs	Total	HI 2026 CPM
Operating profit	6,637	241	-38	319	59	144	61	25	811	7,448
Income taxes attributable to operating profit	-1,329	-	10	-78	-9	-29	-	-3	-109	-1,438
Operating profit after taxes[1,2]	5,308	241	-28	241	50	115	61	22	702	6,010
Operating profit	6,637	241	-38	319	59	144	61	25	811	7,448
Depreciation, amortisation and impairment losses	2,858	-	-	-319	-	-26	-	-	-345	2,513
EBITDA[1,3]	9,495	241	-38	-	59	118	61	25	466	9,961
Profit before financing and income taxes	7,046	-	-30	-	-	-	-	-	-30	
Operating profit	-6,637	-	38	-	-	-	-	-	38	
Share of profit of associates	-241	-	-	-	-	-	-	-	-	
Financing income and expenses	-1,258	-	92	-	-	-	-	-	92	
Other investing and financing income and expenses, net[1]	-1,090	-	100	-	-	-	-	-	100	-990
Income tax effect of CPM adjustments										
EBITDA		-	10	-	-9	-25	-	-3	-27	
Other investing and financing income and expenses, net		-	-22	-	-	-	-	-	-22	
Effect of CPM adjustments, non-controlling interests										
Operating profit after taxes		19	2	-	-	2	-	-	23	
EBITDA		19	2	-	-	2	-	-	23	
Other investing and financing income and expenses, net		-	-4	-	-	-	-	-	-4	

[1] The adjusted measure of this subtotal is a management-defined performance measure as defined in IFRS 18.

[2] IFRS reported operating profit after tax is calculated as reported operating profit less the current and deferred income tax effects attributable to the income and expenses included in reported operating profit.

[3] IFRS reported EBITDA is consistent with operating profit before depreciation, amortisation and impairments within the scope of IAS 36.

Reconciliation of individual CPMs

DKK million	HI 2026 IFRS reported	Adjustments: Share of profit of associates	Foreign exchange and fair value adjustments	Amortisation of intangible assets recognised in PPA	Integration costs	Restructurings	Impairment losses	Acquisition, disposal and ownership transaction costs	Total	HI 2026 CPM
Operating profit	6,637	241	-38	319	59	144	61	25	811	7,448
Income taxes attributable to operating profit	-1,329	-	10	-78	-9	-29	-	-3	-109	-1,438
Operating profit after taxes[2]	5,308	241	-28	241	50	115	61	22	702	6,010
Operating profit	6,637	241	-38	319	59	144	61	25	811	7,448
Depreciation, amortisation and impairment losses	2,858	-	-	-319	-	-26	-	-	-345	2,513
EBITDA[3]	9,495	241	-38	-	59	118	61	25	466	9,961
Profit before financing and income taxes	7,046	-	-30	-	-	-	-	-	-30	
Operating profit	-6,637	-	38	-	-	-	-	-	38	
Share of profit of associates	-241	-	-	-	-	-	-	-	-	
Financing income and expenses	-1,258	-	92	-	-	-	-	-	92	
Other investing and financing income and expenses, net[1]	-1,090	-	100	-	-	-	-	-	100	-990
Income tax effect of CPM adjustments										
EBITDA		-	10	-	-9	-25	-	-3	-27	
Other investing and financing income and expenses, net		-	-22	-	-	-	-	-	-22	
Effect of CPM adjustments, non-controlling interests										
Operating profit after taxes		19	2	-	-	2	-	-	23	
EBITDA		19	2	-	-	2	-	-	23	
Other investing and financing income and expenses, net		-	-4	-	-	-	-	-	-4	

[1] The adjusted measure of this subtotal is a management-defined performance measure as defined in IFRS 18.

[2] IFRS reported operating profit after tax is calculated as reported operating profit less the current and deferred income tax effects attributable to the income and expenses included in reported operating profit.

[3] IFRS reported EBITDA is consistent with operating profit before depreciation, amortisation and impairments within the scope of IAS 36.



O que o case ensina para quem adota em 2027

1 Traduza antes de publicar

A Carlsberg divulgou o comparativo reapresentado e as pontes antes dos primeiros números no novo formato.

2 Explique a mudança do operacional

Itens antes “especiais”, câmbio e tarifas agora estão dentro do subtotal — o mercado precisa entender por quê.

3 MPM é escolha, não sobra

As CPM nasceram do reporte interno e viraram a base do guidance: decida cedo quais medidas vão existir.

4 Reconcilie item a item

Cada ajuste (PPA, integração, reestruturação, impairment) precisa de justificativa, efeito de IR e de não controladores.

5 Revise métricas de caixa

FCO e fluxo livre mudam só por classificação: covenants, remuneração e valuation precisam ser revisitados.

6 No Brasil, um passo a mais

A DRE por função da Lei 6.404 permanece, mas o entendimento jurídico prevalecente é de que o CPC 51 se sobrepõe à Lei. Mas e o formulário DFP da CVM?

FACPCS | Fundação de Apoio aos Comitês de Pronunciamentos Contábeis e de Sustentabilidade

PARTE 3 · IFRS 18 / CPC 51 / NBC TG 51

EM DISCUSSÃO NO IFRS INTERPRETATIONS COMMITTEE

IFRS® Accounting

April 2024

IFRS 18

IFRS® Accounting Standard

IFRS 18 no IFRS IC: decidido e em aberto

Mar–abr/2026

Decisões de agenda finais · Ratificadas pelo IASB em 22/4/2026

- Variação cambial de passivo (ou ativo) monetário intragrupo
- Atividade principal nas DF separadas (individuais) da controladora
- Escopo da divulgação de despesas por natureza
- Derivativo que gerencia exposição cambial líquida

Jun/2026

7 decisões tentativas · Comentários encerrados em 9/9/2026

- MPMs: receitas e despesas hipotéticas
- MPMs: comunicação pública
- Caixa e equivalentes com atividade principal de investimento
- Financiamento a clientes: escolha no nível do grupo
- Fabricante-arrendador
- Rótulos de subtotais (MPMs)
- Apresentação mista de despesas operacionais

Set/2026

1 decisão tentativa · Comentários até 30/11/2026

- Ativos que geram retorno individualmente e de forma amplamente independente (§ 53(c))

Decisões de agenda não alteram a norma, mas explicam como aplicá-la — e espera-se que sejam observadas, com tempo razoável para implementação.

MPMs com receitas e despesas “hipotéticas”

A consulta: estas medidas podem ser MPMs?

1. **Receita de aluguel anualizada**
   Receita do último mês × 12 (IFRS 16), menos despesas não recuperáveis do imóvel.

2. **Lucro “sem os efeitos de uma crise”**
   Exclui despesas reconhecidas e inclui receitas estimadas que não ocorreram.

3. **Lucro bruto pro forma**
   Como se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do período.

A dúvida: itens que nunca serão reconhecidos formam um “subtotal de receitas e despesas” (§ 117)? E podem representar fielmente um aspecto do desempenho?

Leitura do Comitê

decisão tentativa — junho de 2026

Sim: uma medida com receitas e despesas hipotéticas pode ser um subtotal (§ 117) e pode representar fielmente a visão da administração sobre o desempenho.

A norma não restringe como a MPM é calculada; a IFRS 18 dá base adequada — não há projeto normativo.

Na prática

- Pro forma, “anualizados” e “ex-crise” usados no release entram no perímetro de MPMs: nota única, reconciliação, IR e não controladores
- A descrição precisa deixar claro o que é hipotético

Fonte: IFRIC Update, junho de 2026; Agenda Paper 2 — Management-defined Performance Measures: Hypothetical Income and Expenses (IFRS 18).

O que é “comunicação pública” para fins de MPM?

O caso

- Entidade de capital fechado prepara apresentações para um grupo restrito de acionistas e potenciais investidores
- Material compartilhado sob acordo de confidencialidade, que impede a redistribuição
- Não é publicado on-line, não vai para release nem para analistas

O § B119 cita “apresentações a investidores” como exemplo de comunicação pública. Toda apresentação a investidor é pública?

Visão A

Não é pública: exige distribuição a um grupo amplo ou indeterminado. A menção do § B119 é apenas exemplo.

Visão B

É pública: qualquer material dirigido a investidores é comunicação pública; as medidas podem ser MPMs.

Leitura do Comitê

decisão tentativa — junho de 2026

Prevalece a visão A: apresentações compartilhadas de forma confidencial com poucos acionistas ou potenciais investidores identificados não são comunicação pública.

A citação do § B119 não torna pública toda apresentação a investidores.

Leitura brasileira

Para companhias abertas, a Resolução CVM 44 exige divulgação ampla e simultânea de informação relevante — o espaço para medidas “restritas” é pequeno.

Fonte: IFRIC Update, junho de 2026; Agenda Paper 3 — Management-defined Performance Measures: Public Communications (IFRS 18).

FACPCS | Fundação de Apoio aos Comitês de Pronunciamentos Contábeis e de Sustentabilidade

PARTE 4 · IFRS 18 / CPC 51 / NBC TG 51

SESSÃO ABERTA DE PERGUNTAS

IFRS® Accounting



FACPCS
Fundação de Apoio aos Comitês de Pronunciamentos Contábeis e de Sustentabilidade

Obrigado!

Silvio Takahashi

Material de apoio: IFRS 18 e Bases para Conclusões, CPC 51 / NBC TG 51, Resoluções CVM 237 e 238, IFRIC Updates de 2026 e documento de transição da Carlsberg.

Siga a FACPCS no LinkedIn
linkedin.com/company/facpc